



SUMÁRIO EXECUTIVO

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO DISTRITO FEDERAL



Governo do Distrito Federal - GDF

Ibaneis Rocha
Governador

Celina Leão
Vice-governadora

**Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal -
SEPLAD**

Ney Ferraz
Secretário

Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan

Manoel Clementino Barros Neto
Presidente

Dea Guerra Fioravante
Diretora de Estatística e Pesquisas Socioeconômicas - DIEPS

Daienne Amaral Machado
Diretora de Estudos e Políticas Sociais - DIPOS

Renata Florentino de Faria Santos
Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais - DEPAT

Sônia Gontijo Chagas Gonzaga
Diretora de Desenvolvimento Institucional - DIRDI

EQUIPE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTUDOS E POLÍTICAS AMBIENTAIS E TERRITORIAIS – DEPAT

Renata Florentino – Diretora de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais

Aline da Nóbrega Oliveira – Coordenadora de Estudos Ambientais

Cecília Sampaio – Coordenadora de Estudos Territoriais (até 1/2023)

Alda Duarte – Assessora Especial da Coordenação de Estudos Territoriais (até 12/2022)

PESQUISADORES BOLSISTAS

Andressa Garcia Fontana – Doutoranda Geoprocessamento

Fabiane Rodrigues Ferrão – MSc. Meio Ambiente e Desenvolvimento

RuralLuiz Antônio Gouveia de Oliveira – MSc. Economista

Moisés Savian- Doutor Eng. Agrônomo



Vicente Pires | Fonte: DEPAT/IPEDF

INTRODUÇÃO

No Brasil, por meio de estudos realizados em âmbito público, privado e acadêmico, são evidenciadas as práticas da Agricultura Urbana e Periurbana contemporânea, como por exemplo na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no município de Sete Lagos – MG e em regiões de Porto Alegre, Belém, São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, entre outras, sendo cada vez mais presente o desenvolvimento de estudos e levantamentos no âmbito público, dada à multifuncionalidade da prática e o interesse em subsidiar a formulação de políticas públicas locais, atrelada ao desenvolvimento sustentável.

Semelhante aos demais estados e municípios da federação, o Distrito Federal, que desde sua conformação buscou proximidade com os fluxos de produção de alimentos por meio de suas áreas rurais – cerca de 69% do território -, evidencia por meio de uma dinâmica sociocultural e normativa práticas associadas ao que se entende por Agricultura Urbana e Periurbana do ponto de vista de uma abordagem contemporânea. No entanto, mesmo havendo uma normativa associada à agricultura urbana contemporânea no DF e discussões no âmbito governamental acerca do tema, são poucos os estudos realizados nos órgãos e entidades públicas distritais, especialmente os vinculados às pautas urbanas.

De forma geral, no DF, os conceitos e mecanismos da AUP se tornaram mais evidentes a partir da Pandemia de COVID-19 (vírus Sars-Cov-2), devido ao aumento da apropriação social das áreas verdes públicas aos questionamentos acerca de seus usos e potenciais para provisão de alimentos, dada as perspectivas de aumento da insegurança alimentar;

o aumento de produtores locais, frente às incertezas do abastecimento, seja pela necessidade de subsistência com escoamento do excedente como fonte complementar ou única de renda; o conhecimento de novas áreas de produção e produtores devido à necessidade do encurtamento das cadeias de distribuição - compra direta com o produtor. Com isso, houve o crescimento da valorização da produção alimentar local, como uma rede de apoio semelhante ao que já acontecia nos movimentos de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA).

Com a ampliação da discussão em âmbito distrital das práticas de AUP no DF, o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal - IPEDF Codeplan, por intermédio da Diretoria de Estudos e Políticas Ambientais e Territoriais – DEPAT, visando compreender de forma iniciativa as práticas da Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal, sejam elas contemporâneas ou remanescentes, apresenta o projeto sobre a **Caracterização da Agricultura Urbana e Periurbana no DF**, com objetivo de refletir sobre os potenciais e desafios de desenvolvimento dessas práticas nas regiões do Distrito Federal.

O presente sumário sintetiza o diagnóstico da agricultura no Distrito Federal, as características da AUP no DF e seus atores, as tipologias encontradas, assim como os potenciais de produção em áreas urbanas e periurbanas.



Sobradinho I | Fonte: DEPAT/IPEDF

DIAGNÓSTICO URBANO E PERIURBANO

Por meio de sensoriamento remoto, geoprocessamento e visitas de campo, a pesquisa buscou identificar as produções em áreas urbanas e periurbanas a partir dos marcadores visuais – áreas de cultivo.

A pesquisa avaliou áreas inseridas em Macrozona Urbana, em acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, e os perímetros das Regiões Administrativas (Periurbanas), excluindo as áreas na Região do

Rio Preto, onde se concentram os maiores percentuais de Agricultura Patronal.

Foram identificados 6.015 pontos de cultivo, onde 1.282 estavam em áreas urbanas. E 628 pontos puderam ser confirmados em campo com auxílio de drone (RPA).

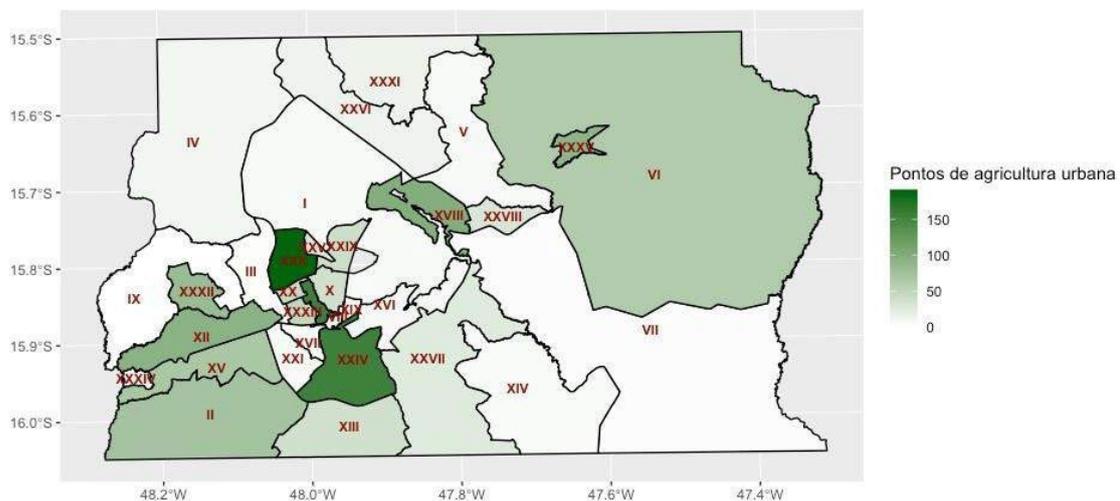


Figura 1 Mapa de calor correspondente ao levantamento de pontos de cultivo em área urbana e periurbana do DF.
Fonte: DEPAT/IPEDF.

As RAs que apresentaram maior concentração de Agricultura Urbana e Periurbana de acordo com o levantamento foram Vicente Pires (191 pontos) e Park Way (154 pontos).

Nas áreas urbanas, notou-se que muitas áreas cultivadas se faziam presentes desde as décadas de 1970 e 1990. Como exemplo, a RA Vicente Pires, antiga Colônia Agrícola dos anos 1990, parcelada para fins habitacionais.

A constatação de cultivos em áreas urbanas e periurbanas, associado ao histórico da ocupação distrital, trouxe a necessidade de diferenciar o discurso da agricultura urbana e periurbana contemporânea, da agricultura que resiste e

remanesce mesmo em meio às pressões da urbanização desordenada e irregular.

Fatos como esse levaram ao entendimento que a urbanização está a cada ano avançando sobre as áreas produtivas, impactando na cadeia de produção e distribuição dos alimentos, especialmente as com histórico de colônias agrícolas e em áreas periurbanas.

Apesar da pesquisa de campo ter como foco áreas com maior proximidade à ocupação urbana, áreas na região do Café Sem Troco - RA Paranoá - foram visitadas, dado o processo de ocupação para fins habitacionais, que avança na região.

A partir das rotas de campo, a pesquisa selecionou 29 pontos de interesse onde foram **entrevistados 20 produtores urbanos e periurbanos.**



Fonte: Agência Brasília

A DIVERSIDADE PRODUTIVA URBANA E PERIURBANA

As entrevistas demonstraram que a Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal é bastante diversificada.

Existe um predomínio no cultivo de hortaliças (12 áreas) e frutíferas (4 áreas), contudo, há produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), criação de peixe, produção de compostagem, floricultura, plantas medicinais, criação de pequenos animais e manejo em áreas de vegetação nativa.

As áreas de cultivo variaram entre 0,50 e 14 hectares, com o predomínio da produção agroecológica em áreas urbanas e as produções periurbanas, de maior escala e convencionais.

O escoamento da produção se mostrou diverso e agricultores usam mais de um canal de distribuição e a comercialização dos produtos.

Os produtos são vendidos em feiras nas regiões administrativas e nas Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA-DF). Há produtores que fazem a venda direta por meio do Projeto Colha e Pague, CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura) e doação.

Os produtores periurbanos, vinculados aos assentamentos de reforma agrária comercializam por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura – PAPA/DF.

Cerca de 10% dos produtores entrevistados alegaram possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Por meio dela é possível acessar os programas PAPA-DF e PNAE.

Das áreas visitadas, as que estavam inseridas em áreas públicas urbanas, abarcavam produções de sistemas agroflorestais, plantas medicinais e prestavam serviços de educação ambiental e doação de alimentos para a comunidade. Somente em uma das áreas visitadas na região do Plano Piloto, havia pedido de contribuição e venda de mudas.

Por meio das entrevistas, se pode constatar que os produtores periurbanos e os que se localizam

em áreas urbanas de remanescente rural, não conhecem as normativas da Política de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana. Infere-se que isso ocorre devido a assistência técnica de excelência que recebem da Emater-DF e o acesso à crédito realizado por esses produtores, ocorre nos ditames da agricultura rural stricto sensu.

A partir do diagnóstico de campo e das entrevistas, a pesquisa buscou **classificar a agricultura urbana e periurbana em tipologias**



TIPOLOGIAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO DISTRITO FEDERAL

Ao delimitar as **tipologias** de Agricultura Urbana e Periurbana para o Distrito Federal, se **evidenciam as particularidades e similaridades**, especialmente em relação ao objetivo e a localidade de produção. Tais tipologias poderão auxiliar na inserção de dispositivos nas normativas e políticas da AUP, especialmente quanto às pautas de acesso à terra, crédito e insumos à produção.

AGRICULTURA URBANA DE ÁREA REMANESCENTE RURAL (AGRICULTURA DE RESISTÊNCIA)

A Agricultura de Área Remanescente Rural- ou de resistência - é aquela voltada para fins comerciais e/ou de subsistência que se localizam em áreas que compunham o cinturão verde produtivo do Distrito Federal, e que foram urbanizadas devido ao processo de expansão urbana. Essa tipologia está presente nas Regiões Administrativas Vicente Pires, Riacho Fundo, Sol Nascente/Pôr do Sol.



Fonte: DEPAT/IPEDF

CASO 1 – AGRICULTURA DE RESISTÊNCIA | VICENTE PIRES

Em uma área de 3 hectares, a função principal da produção é comercial. Os agricultores cultivam mais de 33 espécies de hortaliças, sendo 10 variedades de alface. Por semana eles plantam mais de 20 mil pés e colhem em média 90 mil maços (unidades de hortaliças) por mês. A gestão da propriedade é familiar, todavia, contam com mão de obra contratada e são reconhecidos como produtores rurais por meio do Cartão do Produtor Rural. A comercialização da produção é feita na Feira do Produtor, na CEASA. Também abastecem o comércio local de Vicente Pires e estão escoando a produção para a RA Águas Claras.

Nesse caso, a Agricultura Urbana de Remanescente Rural em meio ao processo de expansão urbana, passa pela incerteza de permanência no local, devido à pressão imobiliária e da função atual da terra, dado o processo de regularização fundiária e a necessidade de parcelamento do solo.

Devido às obras de infraestrutura de drenagem a propriedade teve cerca de 2 hectares da área produtiva afetada devido à instalação de bacia de detenção para amortecimento das águas da região administrativa.

AGRICULTURA PERIURBANA

A Agricultura Periurbana abarca cultivos desenvolvidos nas franjas urbanas ou fora da área urbana consolidada de uso privado, com o foco na comercialização e autoconsumo. Inclui nessa tipologia os acampamentos e assentamentos de reforma agrária, ainda que não estejam conectados à malha urbana, relacionam diretamente do ponto de vista socioeconômico e ambiental. Além disso, são influenciados pelo processo de urbanização. Essa tipologia foi identificada nas Regiões Administrativas de Planaltina, Paranoá, Brazlândia, Sobradinho I, Sobradinho II e Park Way.



Planaltina - Fonte: DEPAT/IPEDF

CASO 1 – AGRICULTURA PERIURBANA | PLANALTINA

O Acampamento 8 de Março é um exemplo da tipologia de Agricultura Periurbana. Está localizado às margens da Rodovia BR- 020, em Planaltina-DF e, lá, as famílias ocupam cerca de 3 hectares para moradia e outros 14 hectares, exclusivamente, para fins de produção.

Apesar do Acampamento 8 de Março estar localizado em um espaço pequeno, é autossuficiente e o manejo da produção é agroecológico sem certificação. A função principal da produção é para o autoconsumo, comercialização do excedente e doação. A área tem uma produção diversificada de hortaliças, frutas e legumes e a mão de obra é familiar.

No que se refere aos canais de distribuição e comercialização, o acampamento enfrenta dificuldades, pois o mercado é competitivo e o núcleo não possui selo de produção orgânica/agroecológica. As famílias acampadas também não possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf, impedindo a participação nos canais institucionais de compras de alimentos da agricultura familiar já existentes, como, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), bem como os equipamentos e as políticas de segurança alimentar.

QUINTAIS PRODUTIVOS OU BIODIVERSOS

Os Quintais Produtivos ou Biodiversos são aqueles que se caracterizam por áreas públicas ou privadas, em regiões urbanas e periurbanas, com jardins produtivos, hortas, frutíferas, plantas medicinais e a criação de pequenos animais, com foco no lazer, autoconsumo e/ou de comunidades, seu manejo é majoritariamente de base agroecológica ou sistemas agroflorestais. A partir das visitas de campo, a tipologia foi identificada nas RAs de São Sebastião, Plano Piloto, Guará e uma área para implementação dessa tipologia em Santa Maria.



São Sebastião - Fonte: DEPAT/IPEDF

CASO 1 – QUINTAL PRODUTIVO OU BIODIVERSO | SÃO SEBASTIÃO

A Horta Girassol representa a tipologia de quintais produtivos ou biodiversos. O Instituto Horta Girassol surgiu em resposta a uma tragédia ocorrida na Região Administrativa São Sebastião em 2005: um surto de hantavírus que matou algumas pessoas. A doença surgiu de um lixão abandonado que, depois da mobilização da comunidade, foi removido e substituído por uma horta urbana, hoje considerada a maior de Brasília. Além da implementação da horta, a experiência com a restauração das nascentes nas proximidades tem sido um caso de sucesso.

Faz 18 anos que a Horta Girassol está em produção e localizada na área urbana da RA São Sebastião.

A área tem uma produção diversificada de mais de 37 espécies, entre elas: alface, cebolinha, mostarda, alho poró e pimentão, couve, cheiro-verde, taioba, banana, abóbora, plantas medicinais, PANCs, frutíferas e horticultura no geral, criação de pequenos animais e criação de peixes.

O manejo é de base agroecológica e encontra-se em processo de transição para Sistema Agroflorestal. A mão de obra é composta por integrantes das famílias e voluntários. Além disso, a horta transformou-se em uma escola de capacitação, ofertando cursos sobre cultivos de PANCs, manejo agroflorestal, entre outros.

AGRICULTURA URBANA DE ATIVISMO

A tipologia de agricultura urbana de ativismo pode ser definida como o uso de áreas públicas para plantio capaz de reestruturar o espaço urbano e revitalizar áreas degradadas a partir de sua expressão ativista. Em sua grande maioria, faz uso de sistemas agroflorestais, como forma de preservação das áreas verdes públicas por meio da produção alimentar.



Asa Norte Fonte: DEPAT/IPEDF

CASO 1 – AGRICULTURA URBANA DE ATIVISMO | ASANORTE

O projeto tem como objetivo fortalecer a vida comunitária, a educação ambiental, a alimentação saudável e a medicina natural. Além disso, é uma iniciativa dos moradores da SQN 416 e o coletivo compõe a Articulação de Grupos de Agricultura Urbana no DF, (AGAU-DF) e o Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana e Cidadania no Movimento Nossa Brasília, vinculado à Rede Latino Americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis.

O cultivo é diversificado com frutíferas, PANCs, hortaliças, plantas medicinais e o manejo segue os princípios da agroecologia integrados aos Sistemas Agroflorestais. A agricultura urbana de Ativismo é a tipologia que tem atuação mais presente na pauta da Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana.

E O DF TEM POTENCIAL PRA MAIS AUP?

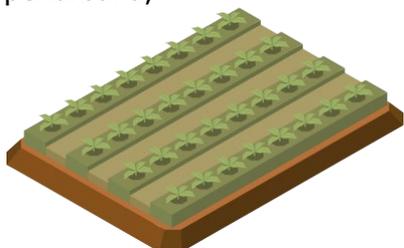
A partir de dados territoriais e sensoriamento remoto, a pesquisa avaliou áreas potenciais para produção da Agricultura Urbana e Periurbana no DF, com estimativa de abastecer mais de 2 milhões de pessoas com hortaliças e mais de 3 milhões com frutíferas, além de manejar áreas de solo exposto e revitalizar áreas degradadas.



COMO ESSE POTENCIAL FOI CALCULADO?

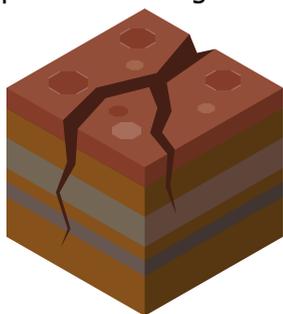
1.

Definição das tipologias: quintais produtivos ou biodiversos e agricultura periurbana;



2. Levantamento de áreas para cultivo:

cadastro de lotes vagos e subutilizados da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH, 2017) e levantamento de áreas de solo exposto¹ com intersecção de áreas com risco de perda de recarga de aquíferos (ZEE-DF,2019);



3.

Distribuição das áreas potenciais: maior percentual de hortaliças em áreas de maior concentração populacional. E maior percentual de frutíferas nas áreas de solo exposto, com atenção para não formação de dossel e sub-bosque em áreas de maior risco à recarga.

Nas áreas de maior risco de recarga, o percentual de hortaliças é maior visando o possível revolvimento do solo para auxiliar na recarga do aquífero.



4.

Análise da produtividade e produção das principais hortaliças e frutíferas no Distrito Federal:

a produtividade média é de 47,02 t/ha para hortaliças e 21,36 para frutíferas. Consumo de alimentos: utilizado o valor de referência do consumo *per capita* na Região Centro-Oeste do Brasil sendo de 24,6 kg por ano para hortaliças (CANELLA *et al.*, 2018) e 27,13 kg (CEPEA/USP, 2021).



¹ Para o levantamento das áreas de solo exposto, dado o tempo de desenvolvimento do projeto, foi utilizado o método do índice

de Vegetação por Diferença Normalizada, do inglês, Normalized Difference Vegetation Index (NDVI) (ROUSE *et al.*, 1973)

A partir dos parâmetros foram elaborados três cenários que previam baixa a alta taxa de conversão de áreas sem uso para área produtivas

Tabela 1 Cenários de produção da agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal a partir da conversão de espaços potenciais em áreas de produção.

Espaço Potencial	Classificação	Taxa de Conversão dos Espaços Potenciais em AUP		
		Baixa	Intermediária	Alta
Lotes Vagos	Espaços Comunitários	7,5%	15,0%	20%
	Lotes com a 0,1 a 1 ha	5,0%	10,0%	15%
	Lotes maiores que 1 ha	3,5%	7,0%	10%
Área Solo Exposto	Médio/Alto Risco Recarga	1,0%	2,5%	5%
	Baixo Risco de Recarga	1,0%	2,5%	5%

Fonte: DEPAT/IPEDF



Fonte: DEPAT/IPEDF

CENÁRIO 1

Tabela 2 Baixa Taxa Baixa de Conversão dos Espaços Potenciais (EP) para AUP

Cultivo	Área (há)	Produção (t/ano)	População atendida (hab)	Incremento em relação à produção atual
Frutíferas	1.005,1	17.187,30	633.518,1	4,9%
Hortaliças	383,5	14.212,2	577.732,3	77,50%

CENÁRIO 2

Tabela 3 Taxa Intermediária de Conversão dos Espaços Potenciais (EP) para AUP

Cultivo	Área (há)	Produção (t/ano)	População atendida (hab)	Incremento em relação à produção atual
Frutíferas	2.502,40	42.790,6	1.577.242,7	193%
Hortaliças	917,10	33.989,4	1.381.684,2	11,60%

CENÁRIO 3

Tabela 4 Taxa Elevada de Conversão dos Espaços Potenciais (EP) para AUP

Cultivo	Área (há)	Produção (t/ano)	População atendida (hab)	Incremento em relação à produção atual
Frutíferas	4.982,2	85.196,3	3.140.298,7	384,3%
Hortaliças	1.744,3	64.642,3	2.627.734,8	22,1%

QUAIS OS OUTROS ACHADOS DO PROJETO?



Dados do **CensoAgro (2017)** levantaram 5.246 estabelecimentos agropecuários no Distrito Federal, sendo que 40,6% têm uma área total entre 1 a 5 hectares. Desse total, **385 estão localizados em Macrozona Urbana.**

Dentre os estabelecimentos avaliados, **43,57% dos produtores** são de cor/raça **parda** e 9,67% preta. Sendo que **57,47% de cor/raça parda são de agricultura familiar.** A cor/raça branca corresponde a 42,35%, onde 54,98% se enquadram em agricultura não familiar.

A faixa etária dos responsáveis varia entre 35 e 65 anos. Esse padrão etário se repete entre os produtores dos sexos masculino e feminino, com a ressalva de que a idade característica das mulheres se situa na faixa dos 55 aos 65 anos, enquanto a idade característica dos homens está compreendida na faixa dos 45 aos 55 anos. Se destaca a baixa participação de jovens, visto que apenas 1,3% dos produtores possui menos do que 25 anos.

A **Emater-DF (2021)** registra que o DF possui **21.834 produtores:** 56,8% patronal e 43,20% familiar. Valor similar ao registrado pelo Censoagro (2017);

O DF tem 251 produtores cadastrados como orgânicos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A maior parte da produção de orgânicos se concentra na holericultura e depois na fruticultura.

As hortaliças ocupam 22% **de toda a produção agrícola do DF. São cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos ligados** à produção de hortaliças.

As principais variedades produzidas geradoras de renda para o produtor do DF são: banana, limão, alface, pimentão, tomate, brócolis, morango, café e soja.

A pesquisa levantou que 16,31% se concentram na produção de tomate; 9,20% em alface e 8,18% em mandioca. Em relação as frutíferas 20,36 % se concentram na goiaba e 16,81 no abacate.

O DF conta com arcabouço **legal e normativo** em relação às pastas de agricultura e pecuária. Sua assistência técnica é referência no país. Frente a isso, desde 2012 o DF possui a Lei nº 4.722, de 24 de fevereiro de 2012, com dispositivos acrescidos pela Lei nº 6.671 de 21 de setembro de 2020, que dispõem sobre **diretrizes para as políticas de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal.**

A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 39.314 de 29 de agosto de 2018 após engajamento da sociedade civil atuante nas pautas da Agricultura Urbana e Periurbana.

Apesar de uma base legal e normativa, ainda não há um cadastro com identificação dos produtores urbanos e periurbanos, bem como de suas propriedades e produções. O que dificulta avaliar o impacto da produção da Agricultura Urbana e Periurbana nas cadeias de produção e consumo.

ALIMENTOS TRANSACIONADOS PARA O DF

A **CEASA/DF** (2021) registra que recebeu e distribuiu cerca de 337,4 mil toneladas de frutas e hortaliças provenientes de todos o Brasil, sendo 25% advindas do Distrito Federal².

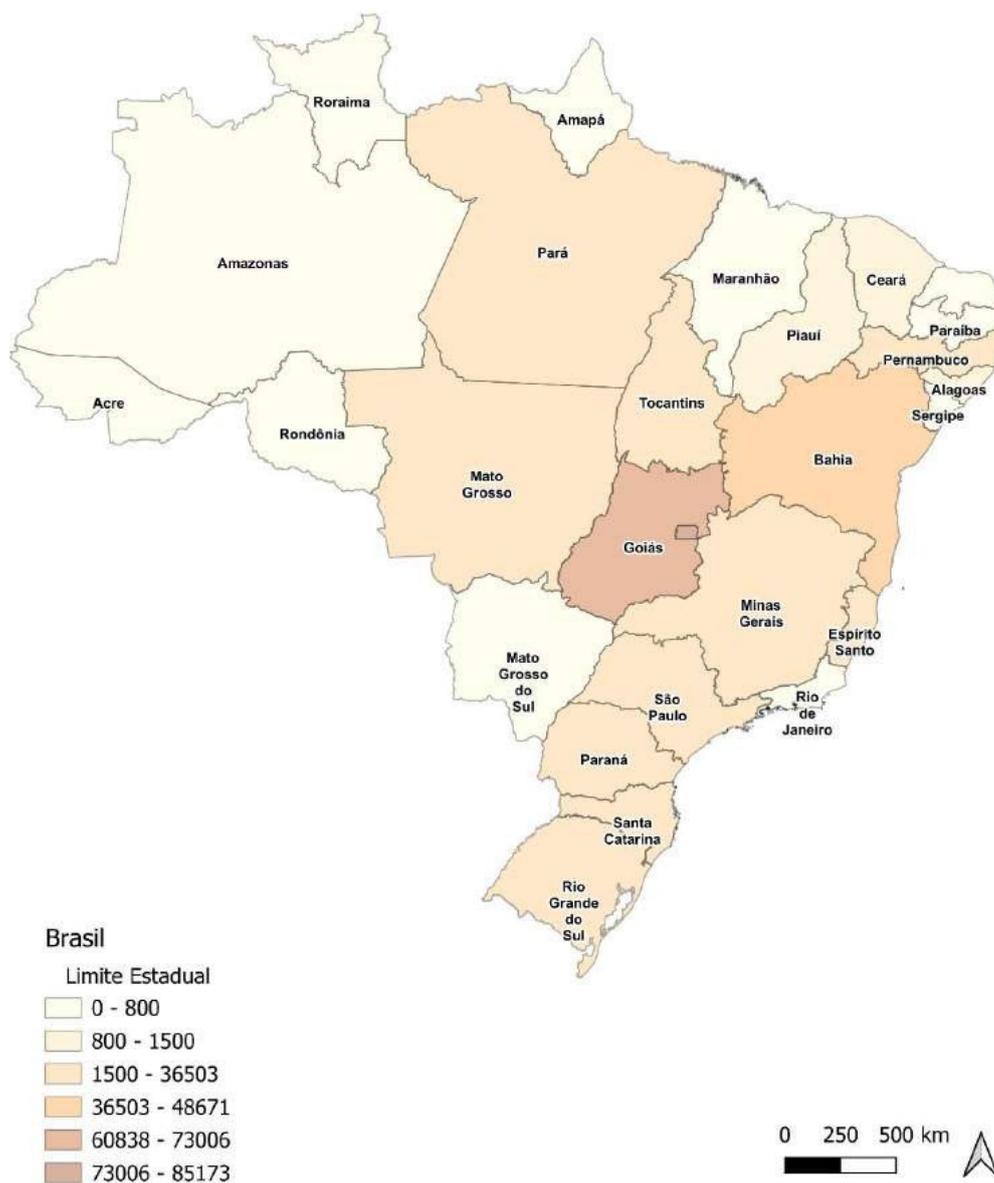


Figura 2 Origem dos Alimentos Transacionados no Distrito Federal. Elaboração DEPAT/IPEDF com dados da CEASA/DF (2021)

² Dentre os 25% de alimentos transacionadas advindos do DF, pode haver uma margem de erro devido à origem que o produtor indica na nota fiscal ou romaneio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A pesquisa de Caracterização da Agricultura Urbana e Periurbana no Distrito Federal teve por objetivo caracterizar essa atividade e avaliar seus desafios e seu potencial de desenvolvimento no Distrito Federal. Em que pese o êxito do objetivo alcançado, alguns destaques são feitos:

Apesar das recentes normativas e ações realizadas por servidores da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI e da Emater-DF em fomentar tais práticas, a AUP no âmbito normativo distrital ainda necessita de maior instrumentalização, visto que existe uma dificuldade de articular esse tema com outras políticas públicas que potencialmente poderia ser beneficiado e envolvido em atividades dessa natureza.

As atividades da agricultura urbana, periurbana e rural ainda se confundem, mesmo havendo empenho e legislação específica para tal prática. Pode se inferir que devido à essas divergências, falta acesso a insumos, difusão de tecnologias, financiamentos e apoio técnico para difundir e intensificar ações que ampliem o seu escopo no território urbano e periurbano.

A PAAUP está melhor compreendida por atores das tipologias de agricultura de ativismo e dos quintais produtivos e biodiversos. As áreas periurbanas e de agricultura de resistência têm pouca aderência ao tema, por serem até então ditas como rurais, inseridas fora da ótica contemporânea da AUP. São as tipologias de maior produtividade, mas que possuem riscos em relação ao acesso à terra.

Os cenários apresentaram o potencial produtivo e de abastecimento à população com alimentos nutritivos e saudáveis, além de demonstrarem a capacidade de manejar áreas de solo exposto para provisão de serviços ambientais hídricos, bem como requalificar áreas degradadas. Além disso, demonstrou que o DF tem potencial para produção e abastecimento de alimentos saudáveis, contribuindo para redução da insegurança alimentar. E inclusive, atender as regiões da Periferia Metropolitana de Brasília.

